

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.583 - RO (2019/0105218-1)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA

RECORRENTE : ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADOR : IGOR ALMEIDA DA SILVA MARINHO E OUTRO(S) - RO006153

RECORRIDO : ANA MARIA DOMANESCHI

RECORRIDO : LINDINALVA PEREIRA DE OLIVEIRA

ADVOGADOS : HÉLIO VIEIRA DA COSTA - RO000640

ZÊNIA LUCIANA CERNOV DE OLIVEIRA - RO000641

MARIA DE LOURDES DE LIMA CARDOSO SILVA E OUTRO(S) - RO004114

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto pelo **ESTADO DE RONDÔNIA**, com base nos arts. 105, II, *b*, da Constituição da República e 1.027, II, *a*, do Código de Processo Civil de 2015, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, assim ementado (fls. 111/112e):

Mandado de segurança. Precatório. Crédito humanitário. Pagamento preferencial diverso. Pagamento assegurado. Denegação da segurança.

1. Confere-se preferência ao credor de único precatório, fundado na superveniência de moléstia profissional grave, se a subversão à ordem cronológica de pagamento do crédito humanitário se lastreou anteriormente no fato de ser idoso na forma da lei, e a inclusão do crédito atual não ofende direito líquido e certo de terceiro, mas constitui meio de garantir efetividade a princípios constitucionais como o da dignidade da pessoa humana.

2. O idoso, o portador de doença grave têm o direito à nova antecipação do crédito humanitário em um mesmo precatório, caso acumule as condições autorizadoras, mesmo que já tenha sido beneficiado anteriormente. (destaque meu)

Nas razões recursais, alega-se, em síntese que, por se tratar de limite único, o credor somente pode ser beneficiado uma vez pela antecipação humanitária prevista no artigo 100, § 2º, da CF, por ser idoso, possuir doença grave ou ser pessoa com deficiência. Assim requer o afastamento de qualquer entendimento que implique na possibilidade de antecipação do pagamento de créditos humanitários pela segunda vez em relação ao mesmo crédito (precatório) e acima do triplo do limite da RPV.

Com contrarrazões (fls. 148/173e), subiram os autos a esta Corte.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 193/199e, pelo

Superior Tribunal de Justiça

improvemento do recurso.

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, c, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, passo ao exame do recurso.

Ao prolatar o Acórdão Recorrido, o tribunal de origem consignou a possibilidade de antecipação de créditos humanitários por motivos distintos, no mesmo precatório, manifestando-se nos seguintes termos (fls. 103/112e):

Inicialmente, cabe registrar que o mandamus é tempestivo, nos termos do art. 23 da Lei 12.016/2009. De outro giro, consoante previsto no art.109, I, “d”, 3, do RITJ/RO, compete a esta Corte processar e julgar o referido remédio constitucional.

Conforme delineado no relatório, o Estado impetrou a presente ação mandamental em virtude da concessão, pelo presidente deste Tribunal, do pagamento antecipado primeiramente em razão da idade e depois pela superveniência dos efeitos de moléstia profissional grave, decorrente de atividade laboral, tendinopatia do ombro e punho (alínea “K” do art. 13 da Resolução 115/2010 – CNJ.

Dito isso, infere-se que o cerne da questão cinge-se a possibilidade de se autorizar o segundo pagamento referente a crédito humanitário em um mesmo precatório, uma vez que o impetrante alega ir de encontro ao dispositivo constante do art.100, §2º, da Carta Constitucional.

Em seus julgados, esta Corte vem contemplando quase unanimidade nos processos de idêntico teor, de forma a se privilegiar o direito à saúde e a

Superior Tribunal de Justiça

dignidade da pessoa humana, mitigando eventual violação ao princípio da igualdade e favorecendo a interpretação sistemática das normas constitucionais, até porque, a prioridade na prestação humanitária é amenizar condição do beneficiário do crédito.

Ademais, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que o crédito de natureza alimentícia é indispensável para a subsistência do titular, tendo fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana e visando à proteção de bens jurídicos da mais alta relevância, quais sejam, a vida e a saúde.

Diferentemente do que dispõe o Estado em suas razões, no sentido de que a concessão do precatório alimentar somente se dá em limite único de até três vezes o do RPV, seja por idade ou motivo de doença, revela-se desproporcional limitar o crédito, em prejuízo da peculiar condição do beneficiário, quando se conhece haver disponibilidade financeira e orçamentária.

Se o credor se beneficiou duas vezes da exceção à ordem cronológica, mas por motivos diferentes há de se sobrelevar a pessoa humana e a salvaguarda de sua dignidade, de modo a ratificar a concessão do benefício.

O tema já foi, inclusive, objeto de debate por esta Corte em diversas oportunidades, como exemplo dos autos de nº 0801182-09.2017.822.0000, 0801131-95.2017.822.0000, 0800478-93.2017.822.0000, 0800356-80.2017.822.0000, 0801172-62.2017.822.0000.

Por derradeiro, cabe mencionar que o ordenamento processual vigente reforça o posicionamento no sentido de que o Poder Judiciário deve garantir a segurança jurídica ao proferir decisões, uniformizando a jurisprudência com a finalidade de mantê-la “estável, íntegra e coerente”.

Desta forma, indubitável que não há nenhuma ilegalidade no pagamento, pela segunda vez, do crédito humanitário porquanto a Constituição Federal não limitou a quantidade de vezes que o credor pode se beneficiar.

Diante de todo o exposto, voto pela denegação da segurança neste , mantendo o pagamento mandamus determinado pelo desembargador presidente desta Corte.

(...)

Coerente com o que já votamos, ano pretérito, quando inauguramos divergência e que a partir de então esta Corte passou a ter um novo entendimento que serviu de paradigma para os casos semelhantes, e que por uma questão de segurança jurídica e observando o novo regramento processual, na assertiva cogente de que os tribunais deverão “uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente” e seguir a “orientação do plenário”, continuo me posicionando no mesmo sentido e em tantos outros julgamentos que seguiram neste ano.

No referenciado voto tive oportunidade de anotar como relevante que os votos contrários, normalmente são fundamentados em arestos do eg. STJ, mas, no meu sentir, não anulam ou discrepam do entendimento desta

Superior Tribunal de Justiça

Corte, considerando que, no caso vertente, teve-se um motivo configurador de precatório humanitário, depois, supervenientemente um outro motivo também humanitário (um por idade e outro por doença grave, ou às vezes, em ordem invertida – doença, depois idade), quando então é legítimo, justo, autorizar um novo pagamento, levando em conta a necessidade premente do credor. Assim, neste particular, uma situação excepcional justifica o pleito autoral, mas pelo visto, com essa particularidade o Superior Tribunal de Justiça ainda não pronunciou.

Conforme já frisamos, o novo ordenamento processual veio reforçar como devemos proceder: atentos aos arts. 926 e 927 e nisso é rica a doutrina, no sentido da observância das novas diretrizes com o fim de garantir a segurança, uniformização da jurisprudência, mantê-la “estável, íntegra e coerente”, “seguir a orientação do plenário”, certo, todavia, que já o texto normativo não deixa margem a dúvida, restando-nos apenas cumprir. A respeito, breves anotações, enunciados do FPPC e a doutrina:

E. 453: A estabilidade a que se refere o caput do art. 926 consiste no valor de os tribunais observarem os próprios precedentes.

E. 454: Uma das dimensões da coerência a que se refere o caput do art. 926 consiste em os tribunais não ignorarem seus próprios precedentes (dever de autorreferência).

E. 455: Uma das dimensões do dever de coerência significa o dever de não-contradição, ou seja, o dever de os tribunais não decidirem casos análogos contrariamente às decisões anteriores, salvo distinção ou superação.

E. 456: Uma das dimensões do dever de integridade consiste em os tribunais decidirem em conformidade com a unidade do ordenamento jurídico.

Juízes e tribunais observarão. O texto normativo impõe, imperativamente, aos juízes e tribunais que cumpram e apliquem os preceitos nele arrolados. Trata-se de comando que considera esses preceitos como abstratos e de caráter geral, vale dizer, com as mesmas características da lei. (Comentários ao art. 927 no CPC comentado por Nelson Nery e Maria de Andrade Nery).

Mudança de entendimento sedimentado... não pode ocorrer de forma aleatória, ou ao bel-prazer do Tribunal. Com o poder vinculante da jurisprudência, a segurança jurídica ganha um novo parâmetro de avaliação; (do mesmo autor Nery).

Superação. Tendo em conta a necessidade de desenvolver o direito a fim de mantê-lo, sempre fiel à necessidade de sua congruência social e coerência sistêmica, um sistema de precedentes precisa prever técnicas para sua superação – seja total (overruling), seja parcial. Nessa última hipótese, a superação pode se dar mediante transformação (transformation) ou restrita (overriding). Para proteção da confiança depositada no precedente e da igualdade de todos perante a ordem jurídica, a superação do precedente normalmente é sinalizada (signaling) pela Corte e, em outras, a eficácia da superação do precedente só se realiza para o futuro (prospective overruling – como prevê expressamente

Superior Tribunal de Justiça

o art. 927, § 3º, CPC). A superação de um precedente (overruling) constitui a resposta judicial aos desgastes da sua congruência social e coerência sistêmica. (Comentários de Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz e Daniel Mitidiero).

Assim, na sessão última do Pleno desta Corte, em voto divergente terminei sendo relator para os acórdãos dos MS: 0800333-37.2017.8.22.0000; 0800539-51.2017.8.22.0000 e 0800346-36.2017.8.22.0000, cuja ementa bem retrata os julgados, razão porque reporto-me como declaração de voto nesta assentada de julgamento, com alguns tópicos do voto paradigmático.

MANDADO DE SEGURANÇA. ÚNICO PRECATÓRIO. IDOSO E PORTADOR DE DOENÇA GRAVE. MOTIVOS DISTINTOS. PAGAMENTO PREFERENCIAL ANTECIPADO DUAS VEZES. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DA PROTEÇÃO AO IDOSO, À VIDA E À SAÚDE. ÓBICE CONSTITUCIONAL INEXISTENTE. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. ORIENTAÇÃO DO PLENÁRIO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. ORDEM DENEGADA.

Inicialmente, somente os débitos de natureza alimentar cujos titulares tivessem 60 (sessenta) anos de idade ou mais, ou fossem portadores de doença grave, teriam preferência sobre os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no regramento constitucional, e o pagamento uma só vez, mesmo que credor em mais de um precatório.

Nada obstante, o CNJ, ao dispor sobre a gestão de precatórios, depois evoluindo esta Corte, pacificou o entendimento, em interpretação extensiva, a criação de uma nova classe de prioridades, independentemente seja de natureza alimentar, à classe preferencial de débitos de natureza comum cujos credores fossem idosos ou portadores de doença grave, quando estendeu o pagamento, mais de uma vez, se titular de mais de um precatório.

De modo que havendo um só precatório recebe uma única vez, na condição de idoso ou doente, antecipando-lhe o pagamento no limite legal permitido, mas será possível receber no mesmo precatório, se a posteriori advir doença grave, um outro motivo, caracterizando humanitário pela segunda vez? Precedente desta Corte positivou-se favorável, em respeito ao a) princípio constitucional da dignidade humana (1º III) e b) visando à proteção de bens jurídicos da mais alta relevância, tais como a vida e a saúde, c) também à vista de que a Lei Magna não proíbe a pretensão autoral, inclusive reconhece o direito de receber por d) idade ou por “doença grave” (100, § 2º), ainda por tratar de e) precatório de natureza alimentar, f) justo, legítimo, o direito a receber novo valor por motivo superveniente e em g) razão da excepcionalidade do caso em tela e h) observando a orientação do Plenário (art. 927, V), i) ainda o princípio da segurança jurídica. Precedente:

TJRO - MS n. 0801459-93.2015.8.22.0000. Julg. em 19/09/2016.

Por fim, friso mais uma vez: esta Corte, em plenário se posicionou

Superior Tribunal de Justiça

favoravelmente à matéria. Despiciendo anotar que, caso o col. Superior Tribunal de Justiça delibere em sentido contrário, automaticamente, o Tribunal adotará o entendimento, obediente à verticalização da jurisprudência. Assim já era pelo código revogado (CPC/73) e agora (CPC/2015), ampliando as hipóteses é mais incisivo na obediência. Todavia, por ora nos cabe seguir a orientação do plenário, aguardando o Tribunal da Cidadania dar a última palavra.

Em face do exposto, atento às novas diretrizes do novo Caderno processual, considerando que até então ainda há divergência de alguns colegas, apesar da jurisprudência firmada neste plenário, desde logo adianto pedindo vênua a quem entende de forma contrária, para VOTAR, acompanhando o eminente relator, que denega a segurança, certo de que o novo pagamento no mesmo precatório há um novo motivo a caracterização de sê-lo humanitário (um por idade, outro por doença grave (...)). (Destaques meus).

Verifico que o acórdão está em confronto com o entendimento consolidado nesta Corte, segundo o qual assiste ao idoso e/ou portador de doença grave o direito de receber a antecipação de seu crédito de natureza alimentícia, mediante pagamento de precatório preferencial, no limite de três vezes o valor da Requisição de Pequeno Valor - RPV, assim denominado "crédito humanitário", devendo o valor restante aguardar o pagamento com observância da ordem cronológica de apresentação do precatório, a teor do art. 100, § 2º, da Constituição da República (redação da Emenda Constitucional n. 62/2009 ou da Emenda Constitucional n. 94/2016), *in verbis*:

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). (Vide Emenda Constitucional nº 62, de 2009) (Vide ADI 4425) (...)

*§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que **o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009, destaque meu).*

§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou

Superior Tribunal de Justiça

por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016, destaque meu).

De fato, é possível o pagamento de mais de um precatório, no sistema da "super preferência" estabelecido no art. 100, § 2º, da Constituição da República. Entretanto, tal direito faz referência a precatórios diversos e não ao mesmo, como configurado no presente caso.

Desse modo, não é possível que o Recorrido seja beneficiado, mais de uma vez, no mesmo precatório, por possuir doença grave e por ser idoso, porquanto a antecipação dos créditos tem um limite de até três vezes o *quantum* estabelecido para a requisição de pequeno valor (RPV), devendo o restante ser pago na ordem cronológica de apresentação do precatório, de acordo com o disposto no art. 100, § 2º, da Constituição da República.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PAGAMENTO DE PRECATÓRIO PREFERENCIAL. ART. 100, § 2º, DA CF/88. PAGAMENTO DE MAIS DE UM CRÉDITO PREFERENCIAL A UM SÓ CREDOR DENTRO DO MESMO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO. POSSIBILIDADE. LIMITE DE TRÊS VEZES DO VALOR DA RPV INCIDENTE SOBRE CADA PRECATÓRIO. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE SOBRE O INTERESSE PATRIMONIAL. PRECEDENTE: RMS 46.155/RO, REL. MIN. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJE 28.9.2015).

1. O § 2º do art. 100 da CF/88 delimita dois requisitos para o pagamento preferencial nele previsto, quais sejam: (a) ser o débito de natureza alimentícia; e (b) ser o titular do crédito maior de 60 (sessenta) anos de idade, na data de expedição do precatório, ou portador de doença grave.
2. Estabelece, também, que o limitador quantitativo do pagamento com preferência seria o valor equivalente ao triplo do fixado para a RPV, não esclarecendo se esse incidiria sobre cada precatório ou sobre a totalidade de créditos de um mesmo particular.
3. O crédito de natureza alimentícia é indispensável para a subsistência do titular, tendo fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana e visando à proteção de bens jurídicos da mais alta relevância, tais como a vida e a saúde.
4. A norma constitucional não elencou a impossibilidade de o beneficiário participar na listagem de credor preferencial por mais de uma vez no mesmo exercício financeiro, perante um mesmo Ente Político, não podendo, portanto,

Superior Tribunal de Justiça

o exegeta restringir tal possibilidade.

5. Tema já apreciado por esta Primeira Turma no julgamento do RMS 46.155/RO (Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 28.9.2015), definindo-se o entendimento de que a limitação constitucional para o pagamento de créditos humanitários se refere a cada precatório, não ao credor.

6. Agravo Regimental do ESTADO DE RONDÔNIA a que se nega provimento.

(AgRg no RMS 41.510/RO, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 29/10/2015)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRECATÓRIO. REGIME PREFERENCIAL. SUPER PREFERÊNCIA. LIMITE PREVISTO PELO ART. 100, § 2º, DA CF/1988, QUE DEVE INCIDIR SOB CADA PRECATÓRIO ISOLADAMENTE.

1. A controvérsia reside em saber se o mesmo credor pode ser beneficiado, mais de uma vez, em um mesmo precatório, com a antecipação de crédito humanitário, por motivos distintos - em razão da idade e de ser portador de doença grave, por exemplo - com fundamento no art. 100, § 2º, da Constituição Federal.

2. Com efeito, dispõe o art. 100, § 2º, da Constituição Federal de 1988: "Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório". 3. O STJ tem entendimento no sentido de que "a norma constitucional, que dispõe sobre o pagamento preferencial de precatório a idosos e portadores de doenças graves, não limita, expressamente, à quantidade de vezes que o credor pode se beneficiar do crédito humanitário, devendo-se observar os limites previstos no art. 100, § 2º, da Constituição Federal" (RMS 56.773/RO, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe de 23/03/2018).

4. O STF também já decidiu que "não contraria o disposto no art. 100, § 2º, da Constituição o pagamento de mais de um precatório dentro da sistemática da 'super preferência' estabelecida no referido dispositivo, a um só credor e no mesmo exercício orçamentário" (RE 964.577 AgR, voto do rel. min. Luiz Fux, j. 11-12-2017, 1ª T, DJe de 19-12-2017).

5. Esse direito ao pagamento de crédito humanitário por mais de uma vez ao mesmo credor, entretanto, estende-se a um segundo precatório, e não ao mesmo, como é o caso dos autos, em que ora recorrido já havia sido beneficiado pela antecipação naquele precatório. De fato, é firme o entendimento de que "o limite previsto pelo art. 100, § 2º, da CF/88, deve incidir em cada precatório isoladamente". Nesse sentido: AgRg no RMS 46.115/RO, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/6/2015, DJe 5/8/2015; RMS 46.155/RO, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 22/9/2015, DJe 29/9/2015.

6. Dessa forma, o credor poderá receber o limite estabelecido por lei em cada precatório uma única vez, por idade, doença grave ou deficiência, não havendo acumulação.

7. A antecipação de débitos tem limite de até três vezes o valor da RPV (requisição de pequeno valor). Assim, caso o o credor preferencial tenha

Superior Tribunal de Justiça

vários precatórios contra o mesmo ente público, ele terá direito a preferência em todos, respeitado em cada precatório isoladamente o limite fixado no artigo 100 da Constituição Federal. Atingido esse valor, o "restante será pago na ordem cronológica de apresentação", conforme teor do parágrafo segundo do art.100 da CF/1988.

8. Não é possível que o mesmo credor possa ser beneficiado, mais de uma vez, em um mesmo precatório, com a antecipação de crédito dotado de "super preferência", por motivos distintos - em razão da idade e de ser portador de doença grave -, com fundamento no art. 100, § 2º, da Constituição Federal, porquanto tal interpretação contraria o dispositivo constitucional.

9. Recurso Ordinário provido.

(RMS 59.661/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 11/03/2019, destaques meus)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PAGAMENTO DE PRECATÓRIO PREFERENCIAL. LIMITE PREVISTO NO ART. 100, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. INCIDÊNCIA ISOLADA SOBRE CADA PRECATÓRIO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - O acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta Corte, segundo o qual "o limite previsto pelo art. 100, § 2º, da CF/88, deve incidir em cada precatório isoladamente, sendo incogitável extensão a todos os títulos do mesmo credor. Dessarte, ainda que o mesmo credor preferencial tenha vários precatórios contra o mesmo ente público, terá direito à preferência em todos eles, respeitado o limite referido em cada um isoladamente. Tanto é assim que o dispositivo constitucional fala em 'fracionamento', e tal termo só pode ser empregado em referência a um único precatório". Precedentes.

III - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Agravo Interno improvido.

(AgInt no RMS 45.167/RO, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018, destaques meus)

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CRÉDITO HUMANITÁRIO. PAGAMENTO DE PRECATÓRIO PREFERENCIAL. ART. 100, § 2º, DA CF/88. PAGAMENTO DE MAIS DE UM CRÉDITO PREFERENCIAL A UM SÓ CREDOR DENTRO DO MESMO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES ESPECÍFICOS.

1. Cuida-se de recurso ordinário interposto contra acórdão no qual o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia determinou a inclusão do ora agravado na lista de credores a serem contemplados com a antecipação de crédito humanitário, previsto no art. 100, § 2º, da Constituição

Superior Tribunal de Justiça

Federal, embora já tenha sido beneficiado com a antecipação de pagamento anteriormente realizado.

2. É firme o entendimento no sentido de que "o limite previsto pelo art. 100, § 2º, da CF/88, deve incidir em cada precatório isoladamente, sendo incogitável extensão a todos os títulos do mesmo credor. Dessarte, ainda que o mesmo credor preferencial tenha vários precatórios contra o mesmo ente público, terá direito à preferência em todos eles, respeitado o limite referido em cada um isoladamente.

Tanto é assim que o dispositivo constitucional fala em "fracionamento", e tal termo só pode ser empregado em referência a um único precatório" (AgRg no RMS 46.197/RO, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 20/8/2015, DJe 10/9/2015).

3. No mesmo sentido, cito os seguintes precedentes: AgRg no RMS 46.115/RO, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/6/2015, DJe 5/8/2015; RMS 46.155/RO, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 22/9/2015, DJe 29/9/2015.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no RMS 47.721/RO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015, destaques meus)

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, V, *a*, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *c*, do Regimento Interno desta Corte, **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, para reformar o acórdão recorrido, determinando seja observado o limite previsto no art. 100, § 2º, da Constituição da República, no pagamento dos créditos humanitários.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora